

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE - CNPJ 92.675.255/0001-72

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao Exercício encerrado em 31/12/2020.

A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Em milhares de Reais)							
ATIVO	Notas	31/12/20	31/12/19	PASSIVO	Notas	31/12/20	31/12/19		Notas	31/12/20	31/12/2019
Circulante		23.481	8.170	Circulante		50.287	57.726				
Disponibilidades	3.3	3.677	1.792	Fornecedores	3.10	9.463	6.870	(+) Receita bruta das vendas	3.19	106.900	170.992
Caixas e equivalentes de caixa		3.677	1.792	Empréstimos e financiamentos	3.11	10.363	4.108	(-) Tributos Sobre Vendas		(2.140)	(3.432)
Direitos Realizáveis		19.804	6.378	(-) Encargos financeiros a apropriar		(3.070)	(523)	(=) Receita líquida de vendas		104.760	167.560
Devedores - atividades de transporte		15.414	1.035	Obrigações sociais e trabalhistas	3.13	5.924	5.913	(-) Custo dos serviços prestados	3.20	(125.918)	(150.727)
Ônibus mantido para venda	3.8	232	2	Obrigações tributárias	3.14	358	306	(=) Lucro bruto		(21.158)	16.833
Adiantamentos		361	416	Antecipação receita de transporte	3.17	10.870	12.021	(-) Administrativas	3.20	(23.229)	(25.484)
Tributos a recuperar		100	207	Credores - atividades de transporte	3.15	7.674	18.561	(+) Ganhos de capital no imobilizado		(161)	(417)
Estoques	3.4	3.697	4.718	Provisões trabalhistas	3.13	8.705	10.470	(+) Venda de bens patrimoniais		90	
Não Circulante		97.936	60.961	Não Circulante		64.326	30.972	(-) Custo dos bens baixados		(251)	(417)
Realizável a Longo Prazo		6.770	5.245	Empréstimos e financiamentos	3.11	51.788	7.430	(+) Outras receitas e desp das operações continuadas	3.21	8.047	(5.797)
Partes relacionadas - PMPA			884	(-) Encargos financeiros a apropriar		(10.891)	(423)	(=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(36.501)	(14.865)
(-) Provisão para liquidação duvidosa	3.5	6.770	4.882	Contribuições sociais parceladas		1.742	3.643	(-) Resultado financeiro líquido	3.22	(3.727)	(1.701)
Depósitos judiciais			57	Credores - atividades de transporte	3.15	168	774	(+) Receitas financeiras		412	477
Valores a recuperar			2	Tributos diferidos		3.074	3.074	(-) Despesas financeiras		(4.139)	(2.178)
Investimentos		2	2	Provisões judiciais	3.16	18.445	16.474	(=) Resultado líquido do exercício		(40.228)	(16.566)
Outros investimentos		2	2	Patrimônio Líquido		6.804	(19.567)	(/) Quantidade de ações	3.18	1.106.458	904.640
Imobilizado	3.9	91.129	55.667	Capital social	3.18	364.819	298.219	(=) Resultado líquido por ação (em reais)		(36,36)	(18,31)
Imóveis de uso próprio		13.136	13.330	Reserva de reavaliação patrimonial		5.968	5.968				
Bens móveis		6.531	7.082	Prejuízos acumulados		(363.983)	(323.754)				
Veículos de passageiros		69.203	32.919	TOTAL DO PASSIVO		121.417	69.131				
Outras imobilizações		2.259	2.336								
Intangível		35	47								
Outros intangíveis		35	47								
TOTAL DO ATIVO		121.417	69.131								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
(Em milhares de Reais)

Discriminação	Notas	Capital social	Reservas de reaval. patrimonial	Prejuízos acumulados	PL total	Dem. resultado abrangente
Saldos em 31/12/2018		283.719	5.968	(307.188)	(17.501)	(30.027)
Aumento e Integralização de capital social		14.500			14.500	
Resultado do exercício				(16.566)	(16.566)	(16.566)
Saldos em 31/12/2019	3.18	298.219	5.968	(323.754)	(19.567)	(16.566)
Aumento e Integralização de capital social		66.600			66.600	
Resultado do exercício				(40.228)	(40.228)	(40.228)
Saldos em 31/12/2020	3.18	364.819	5.968	(363.983)	6.804	(40.228)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
(Em milhares de Reais)

	31/12/20	% AV	31/12/19	% AV
(+) Receitas	110.074		172.040	
(+) Vendas de passagens	92.117		169.310	
(+) Outras vendas da continuidade	17.957		2.730	
(-) Insumos e despesas adquiridos de terceiros	(41.427)		(69.892)	
(-) Mercadorias consumidas no processo dos serviços	(36.423)		(54.636)	
(-) Outros custos de produtos e serviços vendidos	(1.901)		(3.579)	
(-) Custos e despesas com energia, serviços e outros	(2.942)		(11.260)	
(-) Perda na realização de ativos	(161)		(417)	
(=) Valor adicionado bruto	68.647		102.148	
(-) Retenções	(9.941)		(8.400)	
(-) Depreciação e amortização	(9.941)		(8.400)	
(=) Valor adicionado líquido produzido pela Empresa	58.706		93.748	
(+) Valor adicionado recebido em transferência	412		477	
(+) Receitas financeiras e var monet ativas	412		477	
(=) Valor adicionado total a distribuir	59.118	100,00	94.225	100,00
(-) Distribuição do valor adicionado	(59.118)	-100,00	(94.225)	-100,00
(-) Pessoal	(86.548)	146,40	(95.353)	101,20
(-) Remuneração direta	(66.209)	111,99	(71.715)	76,11
(-) Benefícios	(15.160)	25,64	(18.092)	19,20
(-) Fgts	(5.179)	8,77	(5.546)	5,89
(-) Impostos, taxas e contribuições	(8.658)	14,65	(13.260)	14,07
(-) Federais	(5.969)	10,10	(7.620)	8,09
(-) Estaduais	(382)	0,65	(540)	0,57
(-) Municipais	(2.308)	3,90	(5.100)	5,41
(-) Remuneração de capitais de terceiros	(4.139)	7,00	(2.178)	2,31
(-) Juros	(4.139)	7,00	(2.178)	2,31
(+) Remuneração de capitais próprios	40.228	-68,05	16.566	-17,58
(=) Resultado do exercício	40.228	-68,05	16.566	-17,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC (Método Indireto)
(Em milhares de Reais)

	31/12/20	31/12/19
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(40.228)	(16.566)
Resultado líquido do exercício	(40.228)	(16.566)
Ajustes do resultado do exercício	10.102	8.817
Depreciações	9.941	8.400
Ganhos ou perdas de capital no imobilizado	161	417
Variáveis das contas de ativo e passivo operacional	(24.733)	(4.001)
Devedores atividades de transporte	(14.288)	(759)
Adiantamentos	73	(69)
Outro créditos	(3)	22
Estoques	1.022	46
Depósitos judiciais	(1.888)	(1.058)
Valores a recuperar	362	(3)
Ativo não circulante mantido para venda	(230)	100
Fornecedores	2.593	213
Obrigações sociais e trabalhistas	12	(1.826)
Obrigações tributárias	51	(90)
Antecipação receita transporte	(1.151)	146
Outros Credores	(10.887)	3.938
Provisões trabalhista de férias	(1.764)	(307)
Credores atividade de transporte	(606)	(2.832)
Obrigações provisionadas	1.971	(1.522)
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	(54.859)	(11.750)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	90	
Recebimento na venda de ativo imobilizado	90	
Pagamento de aquisição de bens permanentes	(45.391)	(1.275)
Custo dos bens baixados	(251)	
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos	(45.552)	(1.275)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	35.696	(4.234)
Financiamentos bancários	35.696	(4.234)
Adiantamento para futuro aumento de capital	66.600	14.500
(=) Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	102.296	10.266
Varição do caixa e equivalente de caixa	1.885	(2.759)
Caixa equivalente início do exercício	1.792	4.551
Caixa equivalente final do exercício	3.677	1.792
(=) Variação das contas caixa/bancos e equivalentes	1.885	(2.759)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional

A **Companhia Carris Porto-Alegrense**, sociedade de economia mista sob o controle acionário do Município de Porto Alegre, foi fundada em 19/06/1872. Seu objeto principal é a prestação de serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, especificamente, da Bacia Pública de Porto Alegre, linhas de ônibus que são de responsabilidade, única e exclusivamente, do Município, tendo sido tal serviço delegado pelo Decreto nº 8.852, de 25/12/1986.

Possui uma frota operacional de 347 ônibus e detém 22,44% do mercado de transporte de passageiros por ônibus de Porto Alegre.

Em 2017, a nova direção da companhia implantou um plano de gestão, incluindo o desenvolvimento e implementação de um plano orçamentário para os próximos exercícios visando a recuperação e o reequilíbrio econômico financeiro da companhia, interrompendo a sequência de aumento dos resultados negativos dos últimos anos e reduzindo a necessidade de aportes dos acionistas.

2. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

2.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

2.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data das demonstrações financeiras, envolvendo risco de causar ajustes significativos no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são apresentadas a seguir:

2.2.1 Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas judiciais cíveis e trabalhistas. A avaliação da

probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.2.2 Redução do valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar indicadores de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 29/01/2021, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6404/76 e alterações produzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, pelas normas contábeis emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pelos pronunciamentos, orientações e interpretações do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.1 Moeda Funcional

A Companhia Carris Porto-Alegrense utiliza em suas transações correntes a moeda vigente em circulação "Real".

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE - CNPJ 92.675.255/0001-72**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**
Em 31 de dezembro de 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**3.2 Classificação e reconhecimento de ativos e passivos**

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros deles provenientes fluirão para a Companhia e seus custos ou valores puderem ser determinados em bases confiáveis. Quando for improvável a geração de benefícios econômicos uma despesa é reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou constituída, como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados à medida que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

Caixa	31/12/20	31/12/19
Caixa e Bancos	373	150

Equivalentes de Caixa		Taxa a.a. (%)			
Banco	Modalidade	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Banco do Brasil	BB Renda Fixa LP 100	254	742	1,2264%	4,3616%
Caixa Econômica Federal	Poupança PJ	15	14	1,4000%	3,5000%
Caixa Econômica Federal	Caixa Fic Ideal RF LP		149		4,4176%
Caixa Econômica Federal	Caixa Fic Mov. Automáticas	1.638	348	0,8491%	3,8374%
Banrisul	CDB Automático Mensal	1.397	389	(i)	(i)

Total Caixa e Equivalentes de Caixa	3.677	1.792
-------------------------------------	-------	-------

(i) Investimento contratado na modalidade Pós-Fixada DI. Resgates Antecipados (automático) sujeitam-se a percentuais compatíveis com o prazo de permanência da aplicação até o limite de 103% do DI.

3.4 Estoques

Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição e não excedem o seu valor recuperável. O custo de aquisição abrange o preço de compra, tributos não recuperáveis, transporte e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição, deduzidos de descontos comerciais e abatimentos.

Estoques	31/12/2020	31/12/2019
Peças e acessórios	3.075	4.022
Combustíveis e lubrificantes	366	397
Outros estoques	256	299
Total	3.697	4.718

3.5 Depósitos judiciais

Contabilizados os valores dos depósitos correspondentes aos processos judiciais nas áreas trabalhista e cível, em tramitação na justiça.

Depósitos Judiciais	31/12/20	31/12/2019
Trabalhistas	6.270	4.574
Cíveis	500	308
Total	6.770	4.882

3.6 Ajuste ao valor presente

O CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis estabeleceu que os ativos e passivos devem ser ajustados pelo seu valor presente. Na avaliação da Administração os componentes de curto e longo prazo da Companhia não são passíveis de ajuste a valor presente.

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração efetuou análise sobre a capacidade de recuperação de valores registrados no ativo imobilizado, com o objetivo de identificar a existência de ativos que possam ter sofrido desvalorizações significativas. O resultado dessa análise revela que inexistem situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por venda ou por uso.

3.8 Bens mantidos para venda

Contabilizados os valores dos ônibus retirados da frota operacional, em sua maioria, com doze anos ou mais de vida útil, mensurados pelo valor contábil, o qual é menor do que o valor justo menos as despesas de venda. O saldo foi transferido do Patrimônio (Ativo Não Circulante) para Direitos Realizáveis (Ativo Circulante).

3.9 Imobilizado e intangível

Registrados ao custo de aquisição e/ou formação, deduzidos das depreciações/amortizações acumuladas. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação federal e municipal e que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A empresa adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas e efetua periodicamente revisões do prazo de vida útil econômica de seus bens no ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme demonstrado na nota 3.9.1 – Mudanças na Estimativa Contábil, foram alteradas as taxas anuais de depreciação de Ônibus 12 anos – de 10% para 8,33%, e de ônibus 13 anos – de 10% para 7,69% de forma prospectiva.

A conta Terrenos foi registrada pelo valor justo com base em laudo de avaliação subscrito por avaliador qualificado profissionalmente. O efeito da mais valia, no total de R\$ 9.042, foi reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido da empresa, no exercício de 2010. Os tributos incidentes sobre a mais valia perfazem o montante de R\$ 3.074.

Imobilizado	Taxa Deprec.	31/12/19	Adição	Baixa	Transf.	31/12/20
Terrenos		11.290				11.290
Prédios	4%	5.764		(11)		5.753
Instalações	10%	622	10	(10)		622
Ônibus 12 Anos	8,33%	111.276	45.208		(23.945)	132.539
Ônibus 13 Anos	7,69%	43.152	364		(592)	42.924
Veículos auxiliares	20%	531				531
Maq. e equipamentos	10%	1.483	30	(14)		1.499
Equip. administrativos	10% e 20%	11.252	12	(14)		11.250
Imobiliz. andamento		1.824				1.824
Sub-total		187.194	45.624	(49)	(24.537)	208.232
(-) Depreciações		(131.527)	-	(9.879)	24.303	(117.103)
Total		55.667	45.624	(9.928)	(234)	91.129

Intangível	Taxa Deprec.	31/12/19	Adição	Baixa	Transf.	31/12/20
Software	20%	418				418
Marcas e patentes		4	1	(1)		4
Sub-total		422	1	(1)		422
(-) Amortização		(375)		(12)		(387)
Total		47	1	(13)		35

3.9.1 Imobilizado e intangível – Mudança na Estimativa Contábil

A partir do início do exercício de 2018 a Companhia alterou a estimativa contábil de vida útil de ativos depreciáveis classificados na conta ônibus, em consonância ao Decreto Municipal 12.422, de 14 de Junho de 2018, o qual alterou a vida útil para a execução do serviço público de Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Porto Alegre, segundo os seguintes critérios:

I - para os veículos das categorias leve, pesada e trucada, a vida útil máxima fica estabelecida em 12 (doze) anos (ônibus normais);

II - para os veículos da categoria especial, a vida útil fica estabelecida em 13 (treze) anos (ônibus articulados);

O reconhecimento dos efeitos desta alteração na estimativa contábil foi prospectivo, isso significa que foi aplicada a partir da data da mudança na estimativa. A mudança nesta estimativa contábil afeta a depreciação do período corrente e de cada um dos futuros períodos durante a vida útil remanescente desses ativos.

O efeito da mudança relacionada com o exercício de 2020 representou uma redução no montante de R\$ 542 (quinhentos e quarenta e dois mil reais) mensais na despesa com depreciação da Companhia. Abaixo quadro com a estimativa mensal de redução na despesa com depreciação da Companhia para os próximos exercícios sociais subsequentes em decorrência dessa mudança:

Exercício	Estimativa em milhares R\$
2020	542
2021	567
2022	636
2023	800

3.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades fim da Companhia, sendo classificadas como passivos circulantes. São demonstrados por seu valor conhecido ou exigível e registrados de acordo com o regime de competência, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício.

Fornecedor	31/12/20	31/12/19
Ipiranga produtos de petroleo S/A	4.461	3.752
Green Card S/A	929	956
Divena Veículos LTDA	826	
Mascarello Carroceria e Ônibus LTDA	773	
Dipesul Veículos LTDA.	122	207
Orbid S/A	122	269
Pacaembu LTDA.	3	39
Demais fornecedores	2.227	1.647
Total	9.463	6.870

3.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, e a seguir passam a ser mensurados pelo custo amortizável, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, incorridos até as datas dos balanços. Correspondem a financiamentos para renovação de frota ou capital de giro, todos com garantia de caução de duplicatas, avais e alienação fiduciária.

Banco	Juros %a.a	31/12/20				31/12/19				Vcto.
		Curto prazo Principal	Curto prazo Juros	Longo Prazo Principal	Longo Prazo Juros	Curto prazo Principal	Curto prazo Juros	Longo Prazo Principal	Longo Prazo Juros	
Banco Moneo	6%	85	(5)	41	(1)	89	(10)	126	(6)	Jun-22
Banco Brasil	10%					34				Mar-20
Banco Volvo	6%	2.261	(178)	1.966	(56)	2.383	(300)	4.227	(234)	Nov-22
Banco Volvo	6%	1.521	(132)	1.556	(51)	1.602	(213)	3.077	(183)	Jan-23
Banco Volvo	1,15%a.m	362	(25)							Mar-21
CEF	4,2%+100%CDI	6.134	(2.730)	48.225	(10.783)					Mar-30
Total		10.363	(3.070)	51.788	(10.891)	4.108	(523)	7.430	(423)	

3.12 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Companhia Carris Porto-Alegrense está obrigada à tributação pelo Lucro Real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes. No exercício de 2020 não se apurou base de cálculo positiva para constituição de provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.

3.13 Obrigações sociais e trabalhistas e Provisões Trabalhistas**3.13.1 Obrigações sociais e trabalhistas**

As contas a pagar com obrigações sociais e trabalhistas são obrigações com encargos sociais e folha de pagamentos classificadas como passivos circulantes.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	31/12/20	31/12/19
Obrigações sociais	4.203	3.906
Obrigações com pessoal	1.721	2.007
Total	5.924	5.913

3.13.2 Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas referem-se as provisões de férias e os respectivos encargos calculados até a data de encerramento do exercício.

Provisões Trabalhistas	31/12/20	31/12/19
Provisão de Férias	7.287	8.742
Provisão de Encargos s/Férias	1.418	1.728
Total	8.705	10.470

3.14 Obrigações tributárias

As contas a pagar com tributos são obrigações oriundas das atividades operacionais da Companhia.

Obrigações Tributárias	31/12/20	31/12/19
IRRF	341	291
ISSQN	12	8
PIS		1
COFINS		6
Outros Tributos	5	
Total	358	306

3.15 Outros credores

Os saldos desse grupo decorrem principalmente das transações com a Câmara de Compensação Tarifária – CCT pelo ajuste anual de quilometragem e também do repasse da taxa de gerenciamento do sistema para a EPTC. Além disso, o repasse de outros convênios também formam a composição demonstrada no quadro a seguir:

Outros Credores	31/12/2020		31/12/2019	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CCT - Ajuste de Quilometragem 2019	7.045		7.053	
CCT - Ajuste de Quilometragem 2018			3.496	
CCT - Ajuste de Quilometragem 2017			2.119	
EPTC - Taxa de Gerenciamento			3.482	
Outras Contas a Pagar	629	168	2.411	774
Total	7.674	168	18.561	774

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE - CNPJ 92.675.255/0001-72**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**
Em 31 de dezembro de 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**3.16 Provisões judiciais**

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis, que são provisionados considerando a opinião de advogados internos e externos, a natureza das ações, a jurisprudência e o posicionamento dos tribunais e demais regras estabelecidas na Deliberação CVM nº 594/09 e CPC 25 (IAS37).

As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em fundamentos econômicos e pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício. Tais provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação legal resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e o valor da provisão possa ser estimado de maneira confiável e calculado pelo valor justo dos gastos esperados para liquidação da obrigação.

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis (i)	5.418	6.190
Trabalhistas (ii)	13.027	10.284
Total	18.445	16.474

(i) As provisões para demandas judiciais cíveis são, basicamente, onde a Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica.

(ii) As provisões para demandas judiciais trabalhistas são, basicamente, de processos de ex-funcionários pleiteando o recebimento de verbas trabalhistas. Sua variação é decorrente da atualização da fase processual e das estimativas quanto as classificações de risco, adotados pelos assessores jurídicos da entidade, que são revistas periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 as contingências cujas probabilidades de perda são consideradas possíveis somam R\$ 14.334 e R\$ 19.479, respectivamente, não registradas no balanço, como segue:

Natureza	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cíveis (i)	119	5.653	94	11.905
Trabalhistas (ii)	255	8.681	232	7.574
Total	374	14.334	326	19.479

3.17 Antecipação da Receita de Transporte

As contas de antecipação da receita de transporte são obrigações oriundas das vendas antecipadas de Vale-Transporte, Passagens Escolares e Passes Antecipados, classificadas como passivos circulantes. O reconhecimento da receita ocorre na data da efetiva prestação de serviço de transporte ao usuário titular desses créditos, não havendo desembolso para restituição desses valores. Essa informação é repassada a Companhia através do Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

Antecipação Receita de Transporte	31/12/2020	31/12/2019
Antecipação Receita Vale Transporte	10.667	11.838
Antecipação Receita Passagem Escolar	716	567
ATP - PA Eletrônico	(513)	(384)
Total	10.870	12.021

3.18 Capital Social

O Capital Autorizado é de R\$ 420.000, divididos em 1.267.728 de ações ordinárias nominativas e 5.000 de ações preferências nominativas, sem valor nominal, autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária de 30/12/2020.

O aumento de capital social no exercício de 2020 foi de R\$ 66.600, sendo que o Capital Social Subscrito e Integralizado passou a ser de R\$ 364.819, divididos em 1.105.822 ações ordinárias e 636 ações preferenciais.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE			
ACIONISTAS - 31/12/2020	QUANTIDADE DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO AÇÕES %	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL (Em milhares de Reais)
AÇÕES ON			
Município de Porto Alegre	1.105.815	99,9419	364.607
Outros acionistas	7	0,0006	2
TOTAL AÇÕES ON	1.105.822	99,9425	364.609
AÇÕES PN			
Município de Porto Alegre	636	0,0575	210
TOTAL GERAL (ON + PN)	1.106.458	100	364.819

ACIONISTAS - 31/12/2019	QUANTIDADE DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO AÇÕES %	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL (Em milhares de Reais)
AÇÕES ON			
Município de Porto Alegre	903.997	99,91006	298.007
Outros acionistas	7	0,00098	2
TOTAL AÇÕES ON	904.004	99,91104	298.009
AÇÕES PN			
Município de Porto Alegre	636	0,08896	210
TOTAL GERAL (ON + PN)	904.640	100	298.219

Porto Alegre, 01/02/2021.

Mauricio Gomes da Cunha
Diretor Presidente
CPF 764.112.650-20

Gustavo Ferreira Cochlar
Diretor Adm.Financeiro
CPF 619.524.860-68

Edison Luis Marques
Diretor Técnico
CPF 427.002.130-68

Denise Regina de Souza
Contadora - CRCRS 060602/O-9
CPF 446.244.680-15

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na condição de Membros do Conselho de Administração da Companhia Carris Porto-Alegrense, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício de 2020, bem como, as Notas Explicativas correspondentes, o Parecer da Auditoria RUSSELL BEDFORD BRASIL – Auditores Independentes S/S, o parecer do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário. Recomendamos que, observadas as ressalvas e ênfases apontadas, o Parecer do Conselho Fiscal e as Demonstrações Contábeis juntamente com os pareceres de auditoria independente e do Comitê de Auditoria Estatutário, sejam encaminhados à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

RUARINHO FREITAS DOS SANTOS
Presidente

PAULO ROBERTO PINTO FONTOURA
Vice-Presidente

SÉRGIO MAFFI
Conselheiro

JOSÉ OTÁVIO FERREIRA FERRAZ
Conselheiro

JAVIER HERNANDEZ GONZALEZ
Conselheiro

CARLOS FARIAS JÚNIOR
Conselheiro

MICHAEL PEREIRA SILVA
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de Membros do Conselho Fiscal da Companhia Carris Porto-Alegrense, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício de 2020, bem como, as Notas Explicativas correspondentes, os Pareceres da Auditoria RUSSELL BEDFORD BRASIL – Auditores Independentes S/S e do Comitê de Auditoria Estatutário. Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis referidas refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia Carris Porto-Alegrense, razão pela qual recomendamos sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas observadas as ressalvas apontadas nos pareceres de auditoria independente e do Comitê de Auditoria Estatutário.

LEONARDO MARANHÃO BUSATTO
Presidente

ALBERT ABUABARA
Conselheiro

JULIANA GARCIA DE CASTRO
Vice-Presidente

JOSÉ EDUARDO MACEDO CIDADE
Conselheiro

ALEXANDRE LERCH FRANCO
Conselheiro